EMENTA

ELEIÇÕES 2014. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO. DESAPROVAÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÕES. CONTRADIÇÃO. INOCORRÊNCIA. EMBARGOS DESPROVIDOS.

Os embargos de declaração se prestam para expungir do julgado obscuridade ou contradição e, ainda, para suprir omissão, contornos definidos no art. 1.022 do Código de Processo Civil.

O vício de contradição ocorre quando no acórdão se incluem proposições entre si inconciliáveis e, nessa hipótese, a contradição vicia a inteireza lógica do julgado.

No caso dos autos, não há falar-se em contradição entre a constatação de que não houve a indicação do doador originário do recurso financeiro porque foi informado como doador outra candidatura. A indicação do doador originário tem por escopo evidenciar a origem primária do recurso, ou seja, a indicação de quem efetivamente "foi o responsável por dispor bem ou direito de seu patrimônio que permitiu a aquisição e posterior repasse da receita. Em outros termos, é imprescindível vincular o doador originário ao candidato realmente beneficiado pela doação". Indicar como doador originário o candidato que recebeu recursos de outros doadores não atende a norma de regência.

Segundo Fredie Didier Junior e Leonardo Carneiro da Cunha, a omissão se caracteriza quando o julgado não se manifesta: "a) sobre um pedido de tutela jurisdicional; b) sobre fundamentos e argumentos relevantes lançados pelas partes (art. 489, § 1º, IV); c) sobre questões apreciáveis de ofício pelo magistrado, tenham ou não tenham sido suscitadas pela parte". A alegação de inaplicabilidade dos precedentes colacionados no voto condutor do v. Acórdão e não observação dos precedentes deste TRE/DF não consubstanciam pedido ou argumento relevante cuja falta de exame resulte omissão no v. acórdão.

Acordam os desembargadores eleitorais do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, CARMELITA BRASIL - relatora, CARLOS RODRIGUES, DIVA LUCY DE FARIA PEREIRA, DANIEL PAES RIBEIRO, TELSON FERREIRA e JACKSON DOMENICO - vogais, em negar provimento aos embargos de declaração nos termos do voto da relatora. Decisão UNÂNIME, de acordo com a ata de julgamento.

Brasília (DF), em 20 de junho de 2018.

Desembargadora Eleitoral Carmelita Brasil

Relatora

Resoluções**RESOLUÇÃO Nº 7782, DE VINTE DE JUNHO DE 2018**

Define os eleitores que terão prioridade para votar nas eleições gerais de 2018 e dá outras providências.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 109 da Resolução TSE nº 23.554/2017, e tendo em vista o contido no PA nº 0003450-67.2018.6.07.8100, RESOLVE:

Art. 1º Terão preferência para votar, observada a ordem de chegada na fila, os candidatos, os Juizes Eleitorais, seus auxiliares, os servidores da Justiça Eleitoral, os Promotores Eleitorais, os policiais militares em serviço, os eleitores maiores de 60 anos, os enfermos, os eleitores com deficiência ou com mobilidade reduzida, as mulheres grávidas e lactantes, aqueles acompanhados de criança de colo e os obesos (Código Eleitoral, art. 143, § 2º).

Art. 2º A preferência garantida no artigo 1º considerará a ordem de chegada à fila de votação, ressalvados os idosos com mais de 80 (oitenta) anos, que terão preferência sobre os demais eleitores independentemente do momento de sua chegada à seção eleitoral (Lei nº 10.741/2003, art. 3º, § 2º; e Res.-TSE nº 23.554/2017, art. 109, §3º).

Art. 3º Terão preferência, ainda, observada a ordem de chegada na fila, outros servidores vinculados à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal que estejam em serviço, e outros profissionais em serviço a critério do Presidente de Mesa Receptora de Votos, ou do Juiz Eleitoral.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, aos vinte dias do mês de junho de dois mil e dezoito.

Desembargadora Eleitoral Carmelita Brasil

Presidente - Relatora

Desembargador Eleitoral Waldir Leôncio Júnior
Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral
Desembargador Eleitoral Carlos Rodrigues
Desembargadora Eleitoral Diva Lucy de Faria Pereira
Desembargador Eleitoral Daniel Paes Ribeiro
Desembargador Eleitoral Telson Ferreira
Desembargador Eleitoral Jackson Domenico
José Jairo Gomes
Procurador Regional Eleitoral

Atas

Atas das Sessões

ATA DE SESSÃO SOLENE DE POSSE

ATA DA SESSÃO SOLENE EM QUATRO DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZOITO, DESTINADA À POSSE DO EXCELENTÍSSIMO DOUTOR TELSON LUÍS CAVALCANTE FERREIRA COMO MEMBRO TITULAR DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

Aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, às dezessete horas, reuniu-se o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Desembargadora Eleitoral Carmelita Brasil, presentes os Excelentíssimos Senhores: o Desembargador Eleitoral Waldir Leôncio Júnior, Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral, O Desembargador Eleitoral Carlos Rodrigues, a Desembargadora Eleitoral Diva Lucy de Faria Pereira, o Desembargador Eleitoral Daniel Paes Ribeiro, o Desembargador Eleitoral Jackson Domenico e o Excelentíssimo Senhor Procurador Regional Eleitoral José Jairo Gomes. Compuseram também a mesa os Excelentíssimos Senhores: Ministro dos Direitos Humanos, Excelentíssimo Senhor Gustavo do Vale Rocha, representando o Presidente Desembargador Ricardo Duailibe; Doutor Leonardo Bessa, Procurador Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios; Doutor Sérgio Sampaio, Chefe da Casa Civil do Governo do Distrito Federal; Doutor Wandir Allan de Oliveira, Presidente da Comissão de Combate à Corrupção Eleitoral da OAB Goiás; Dr. Engels Augusto Muniz, Secretário Executivo do Ministério dos Direitos Humanos; Senhora Andressa Gomes Rodrigues Ferreira, esposa do empossando e demais familiares; Senhoras e Senhores. Após a execução do Hino Nacional Brasileiro, a Excelentíssima Senhora Presidente, Desembargadora Carmelita Brasil, declarou aberta a sessão solene destinada à posse do Excelentíssimo Doutor Telson Luís Cavalcante Ferreira como membro titular do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal e, em seguida, pronunciou as seguintes palavras: "O Dr. Telson nasceu na cidade de Patos-PB. É casado com a Senhora Andressa Gomes Rodrigues Ferreira e tem dois filhos, Theo e Alice. Formou-se em Direito pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB; detém especialização em Direito Público e em Direito Eleitoral; e possui mestrado em Ciência Política. Foi Conselheiro da OAB-DF e Vice-Presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-DF. Exerceu o cargo de Desembargador Eleitoral Substituto do TRE-DF, onde exerceu as funções de Vice-Diretor da Escola Judiciária Eleitoral do Distrito Federal; Presidente da Comissão de Saúde; Presidente da Comissão de Segurança e Presidente da Comissão de Reforma do Regimento Interno. É Professor e atua como Presidente do Colégio Permanente dos Juristas da Justiça Eleitoral. Ato contínuo, a Excelentíssima Senhora Presidente convidou os Desembargadores Eleitorais Carlos Rodrigues e Daniel Paes Ribeiro para conduzirem ao recinto o eminente Juiz Telson Luís Cavalcante Ferreira. Dando prosseguimento, a Senhora Presidente convidou o Juiz Telson Luís Cavalcante Ferreira a prestar o compromisso solene de posse, a qual prometeu bem e fielmente cumprir os deveres de seu cargo, de acordo com a Constituição Federal e as leis da República. A Senhora Presidente passou então a palavra ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Geral, Eduardo de Castro Rodrigues, que procedeu a leitura do termo de posse: "Termo de Posse do Excelentíssimo Senhor Doutor TELSON LUÍS CAVALCANTE FERREIRA como Membro Titular do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal. Aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, nesta cidade de Brasília, capital da República Federativa do Brasil, perante o Tribunal Pleno, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Desembargadora Eleitoral Carmelita Indiano Americano do Brasil Dias, Presidente desta Corte Eleitoral, compareceu para tomar posse como Membro Titular deste Tribunal, na Classe Jurista, o Excelentíssimo Senhor Doutor TELSON LUÍS CAVALCANTE FERREIRA, nomeado por Decreto do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, de 27 de